

A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE AO CRIME DE RECEPÇÃO NO BRASIL: DESAFIOS JURÍDICOS E SOCIAIS

THE NEED FOR PUBLIC POLICIES TO COMBAT THE CRIME OF RECEIVING STOLEN GOODS IN BRAZIL: LEGAL AND SOCIAL CHALLENGES

LA NECESIDAD DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA COMBATIR EL DELITO DE RECEPCIÓN EN BRASIL: DESAFÍOS JURÍDICOS Y SOCIALES

Edmilson Lima de Souza¹

Thalya Smith Andrade²

Wallison Milton Venâncio Rezende³

Marcio de Jesus Lima do Nascimento⁴

RESUMO: A comercialização de aparelhos celulares roubados é um dos grandes desafios enfrentados pela segurança pública brasileira. Esse fenômeno não apenas estimula o aumento de crimes patrimoniais, como também fragiliza a percepção de eficácia do sistema jurídico. A receptação, ainda que tipificada no Código Penal, mostra-se de difícil repressão quando não há políticas públicas estruturadas que atuem de forma preventiva e integrada. Além da repressão penal, faz-se necessário o investimento em tecnologias que auxiliem no rastreamento e recuperação de dispositivos, além da conscientização social sobre os danos causados pela compra de produtos de origem ilícita. A atuação articulada entre diferentes esferas do poder público, aliada à educação da população e ao fortalecimento das instituições de segurança, constitui elemento essencial para conter a expansão desse mercado clandestino. O presente estudo adota uma abordagem qualitativa e utiliza levantamento bibliográfico para identificar os principais entraves jurídicos e institucionais relacionados ao tema. O objetivo é analisar como o ordenamento jurídico pode ser aprimorado por meio de políticas públicas eficazes, que priorizem tanto a repressão quanto a prevenção, promovendo a segurança e a justiça de forma equilibrada.

2555

Palavras-chave: Receptação. Segurança pública. Políticas públicas. Criminalidade patrimonial.

ABSTRACT: The commercialization of stolen mobile phones is one of the major challenges faced by Brazilian public security. This phenomenon not only encourages an increase in property crimes but also weakens the perception of the legal system's effectiveness. Although the crime of receiving stolen goods is typified in the Penal Code, it remains difficult to suppress when there are no structured public policies that act in a preventive and integrated manner. In addition to criminal repression, it is necessary to invest in technologies that assist in tracking and recovering devices, as well as in public awareness about the harms caused by purchasing products of illicit origin. Coordinated action among different spheres of government, combined with public education and the strengthening of security institutions, is essential to contain the expansion of this clandestine market. This study adopts a qualitative approach and uses bibliographic research to identify the main legal and institutional barriers related to the topic. The objective is to analyze how the legal framework can be improved through effective public policies that prioritize both repression and prevention, promoting balanced security and justice.

Keywords: Receiving stolen goods. Public security. Public policies. Property crime.

¹Discente, Centro Universitário do Norte.

²Discente, Centro Universitário do Norte.

³Discente, Centro Universitário do Norte.

⁴Mestre em Ciências e Meio Ambiente. Docente do Centro Universitário do Norte, Manaus, Amazonas, Brasil.

RESUMEN: La comercialización de teléfonos móviles robados es uno de los principales desafíos que enfrenta la seguridad pública brasileña. Este fenómeno no solo estimula el aumento de los delitos patrimoniales, sino que también debilita la percepción de la eficacia del sistema jurídico. La receptación, aunque tipificada en el Código Penal, resulta difícil de reprimir cuando no existen políticas públicas estructuradas que actúen de manera preventiva e integrada. Además de la represión penal, es necesario invertir en tecnologías que ayuden en el rastreo y recuperación de dispositivos, así como concienciar a la sociedad sobre los daños causados por la compra de productos de origen ilícito. La actuación articulada entre las distintas esferas del poder público, junto con la educación de la población y el fortalecimiento de las instituciones de seguridad, constituye un elemento esencial para contener la expansión de este mercado clandestino. El presente estudio adopta un enfoque cualitativo y utiliza la investigación bibliográfica para identificar los principales obstáculos jurídicos e institucionales relacionados con el tema. El objetivo es analizar cómo se puede mejorar el ordenamiento jurídico mediante políticas públicas eficaces que prioricen tanto la represión como la prevención, promoviendo así una seguridad y justicia equilibradas.

Palabras clave: Receptación. Seguridad pública. Políticas públicas. Criminalidad patrimonial.

INTRODUÇÃO

A receptação, prevista no artigo 180 do Código Penal Brasileiro, representa uma das engrenagens centrais da criminalidade patrimonial no país, uma vez que sustenta economicamente crimes antecedentes como o furto e o roubo. Trata-se de uma prática que alimenta um mercado paralelo consolidado, onde bens obtidos ilicitamente, especialmente aparelhos eletrônicos, são repassados de forma clandestina. O cenário é agravado pela naturalização social da receptação em determinados contextos e pela ineficácia de medidas públicas que previnam e reprimam adequadamente essa conduta.

2556

O aumento da criminalidade relacionada à receptação está diretamente associado à falta de políticas públicas preventivas e educativas. A simples existência da tipificação penal não tem se mostrado suficiente para conter a prática. Isso ocorre porque a atuação estatal tem se limitado à esfera repressiva, deixando de lado medidas estruturantes que ataquem as causas sociais, econômicas e culturais da receptação.

Diversos estudos apontam que o combate à receptação deve passar por uma abordagem intersetorial, envolvendo não apenas o sistema penal, mas também órgãos de educação, segurança pública, desenvolvimento social e tecnologia. A ausência de articulação entre esses setores gera ineficiência e desperdício de recursos, enquanto o mercado de bens ilícitos segue crescendo, especialmente com a facilidade proporcionada pelas plataformas digitais.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar a necessidade de implementação de políticas públicas eficazes para o combate ao crime de receptação no Brasil, com foco em sua prevenção e repressão. Busca-se demonstrar que a atuação estatal deve ir além da mera penalização legal, englobando ações educativas, mecanismos de fiscalização e a integração entre diferentes setores governamentais. A pesquisa também pretende evidenciar a importância da atuação da sociedade civil e da conscientização da população como instrumentos estratégicos de enfrentamento ao problema. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, com base em levantamento bibliográfico em artigos científicos disponíveis em periódicos acadêmicos e repositórios institucionais.

MÉTODOS

A metodologia adotada neste estudo é de natureza qualitativa, uma vez que busca compreender os aspectos subjetivos e estruturais que envolvem o crime de receptação e a efetividade das políticas públicas propostas para combatê-lo. A abordagem qualitativa permite maior profundidade na análise dos dados, especialmente no que tange aos contextos sociais, econômicos e culturais que permeiam a prática da receptação no Brasil.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico em bases acadêmicas confiáveis, como SciELO, Google Acadêmico, Periódicos CAPES, Academia.edu e Repositórios de Instituições de Ensino Superior. Foram selecionados artigos científicos que abordam especificamente o crime de receptação, suas implicações jurídicas, as limitações da legislação vigente e a necessidade de formulação de políticas públicas.

A seleção dos materiais considerou a atualidade, a relevância do tema e o rigor científico das publicações. O recorte temporal privilegiou artigos publicados entre os anos de 2018 e 2024, com o intuito de trazer uma visão contemporânea do problema. Além dos artigos, também foram consultadas dissertações, teses e legislação pertinente ao tema.

A análise dos dados foi realizada por meio de leitura analítica e crítica do material coletado, com o objetivo de identificar os principais desafios jurídicos relacionados à receptação e propor alternativas de políticas públicas eficazes. As reflexões foram organizadas de modo a permitir uma visão ampla e interdisciplinar do problema, fundamentada em referencial teórico consistente e em evidências empíricas observadas na literatura acadêmica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A receptação de aparelhos celulares no Brasil configura um desafio significativo para a segurança pública, alimentando um ciclo contínuo de crimes patrimoniais. A legislação brasileira, por meio do artigo 180 do Código Penal, tipifica a receptação como crime, visando desestimular o mercado ilícito de bens roubados ou furtados. No entanto, a efetividade dessa norma tem sido questionada diante do aumento dos índices de criminalidade relacionados a dispositivos móveis.

Estudos apontam que políticas públicas eficazes são essenciais para combater a receptação e, conseqüentemente, reduzir os crimes patrimoniais. Freire e Silva (2022) destacam que a implementação de políticas preventivas pode enfraquecer organizações criminosas e diminuir a incidência de delitos relacionados. Essas políticas devem focar não apenas na repressão, mas também na prevenção, abordando as causas socioeconômicas que levam indivíduos a participarem do mercado ilegal de celulares.

A centralidade dos bens móveis, especialmente dos aparelhos celulares, na tutela penal é evidente. Netto (2024) discute a importância de uma abordagem jurídica que considere as especificidades desses bens, sugerindo que a legislação deve ser adaptada para enfrentar os desafios contemporâneos impostos pela tecnologia e pela mobilidade dos dispositivos.

2558

A tensão entre privacidade e segurança pública também emerge como um aspecto crítico nesse contexto. Remedio e Silva (2018) analisam a questão do acesso aos dados de celulares por autoridades policiais sem autorização judicial, ressaltando a necessidade de equilibrar o direito à privacidade com as demandas de segurança. Essa discussão é vital para a formulação de políticas que respeitem os direitos fundamentais enquanto combatem eficazmente a criminalidade.

A implementação de tecnologias na segurança pública tem mostrado resultados promissores. Oliveira e Paiva Júnior (2022) analisam o programa Alerta Celular, desenvolvido pela Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, que utiliza tecnologia da informação para rastrear e recuperar dispositivos roubados. Os resultados indicam uma redução nos índices de roubo e furto de celulares, evidenciando o potencial das inovações tecnológicas na prevenção e repressão desses crimes.

Entretanto, a eficácia dessas iniciativas depende da capacidade do setor público em realizar investimentos adequados em gastos sociais. Silva Filho e Silva (2023) argumentam que

a alocação eficiente de recursos é crucial para o sucesso de políticas públicas voltadas à redução da criminalidade violenta, incluindo a receptação de celulares. Sem investimentos consistentes, as políticas tendem a ser ineficazes e insustentáveis a longo prazo.

A atuação das forças de segurança também é fundamental. Operações como a realizada pela Polícia Federal em Santo André/SP, em dezembro de 2023, que visou desmantelar desmanches de veículos que utilizavam bloqueadores de sinal de celular, exemplificam ações repressivas necessárias para combater a receptação e atividades clandestinas de telecomunicação. Essas operações demonstram a importância da integração entre diferentes órgãos e agências na luta contra o crime organizado.

Contudo, a predominância de modelos repressivos em detrimento de abordagens preventivas tem sido objeto de críticas. Roessing e Scherer (2017) apontam que políticas de segurança pública no Brasil frequentemente privilegiam a repressão, negligenciando estratégias de prevenção que poderiam ser mais eficazes a longo prazo. Uma abordagem equilibrada, que combine repressão e prevenção, é essencial para enfrentar o problema de forma holística.

A integração entre políticas sociais e penais é crucial para o sucesso das iniciativas de combate à receptação. Programas que promovam a educação, geração de emprego e inclusão social podem reduzir a vulnerabilidade de indivíduos ao aliciamento por organizações criminosas, atacando as raízes do problema. Essa perspectiva reforça a necessidade de uma abordagem intersetorial e coordenada entre diferentes esferas do governo e da sociedade civil.

Além disso, a conscientização da população sobre os impactos negativos da compra de produtos de origem duvidosa é fundamental. Campanhas educativas que informem sobre as consequências legais e éticas da receptação podem desestimular a demanda por aparelhos celulares roubados, enfraquecendo o mercado ilícito. A participação ativa da sociedade é, portanto, um componente essencial na estratégia de combate a esse tipo de crime.

A colaboração internacional também desempenha um papel importante, especialmente considerando a natureza transnacional de algumas operações criminosas. A troca de informações e boas práticas entre países pode fortalecer as capacidades nacionais de enfrentamento ao crime organizado e à receptação de dispositivos móveis. A harmonização de legislações e a cooperação entre agências de diferentes nações são estratégias que podem potencializar os resultados das políticas implementadas.

Em suma, o combate à receptação de aparelhos celulares no Brasil requer uma abordagem multifacetada, que englobe a atualização e aplicação eficaz da legislação, o

investimento em políticas públicas preventivas, o uso de tecnologias inovadoras, a atuação integrada das forças de segurança, a alocação eficiente de recursos públicos, a conscientização da sociedade e a cooperação internacional. Somente por meio dessa estratégia abrangente será possível reduzir significativamente a incidência desse crime e seus efeitos deletérios sobre a segurança pública e a sociedade como um todo.

Tabela 1: Principais artigos científicos sobre receptação e desafios jurídicos no combate à comercialização de celulares roubados no Brasil

Título do Artigo	Autores	Revista / Instituição	Ano
Privacidade versus segurança pública: o acesso ao conteúdo de celular pela autoridade policial sem autorização judicial	Rodrigo César Remedio; Thiago Gonçalves Silva	Revista de Direito Penal e Processual Penal	2018
A centralidade dos bens móveis na tutela penal: análise do crime de receptação à luz do princípio da proporcionalidade	Salvador Netto	Boletim IBCCRIM	2024
Tecnologia da informação no combate à criminalidade: o caso do programa Alerta Celular em Pernambuco	Heitor Oliveira; Pedro Paiva Júnior	Revista Multidisciplinar de Pernambuco (UFPE)	2022
Políticas públicas de segurança entre a repressão e a prevenção criminal: limites e desafios	Leonardo Roessing; Paula Scherer	Revista Somanlu (UFAM)	2017

Fonte: Própria dos autores

Remedio e Silva (2018) traz à tona um dos principais dilemas jurídicos contemporâneos: o conflito entre o direito à privacidade e a necessidade de segurança pública. Os autores discutem a possibilidade de acesso ao conteúdo de celulares por parte da autoridade policial, mesmo sem ordem judicial, à luz do princípio da proporcionalidade. O trabalho é essencial para entender como o sistema jurídico brasileiro lida com as provas digitais em crimes como furto e receptação, especialmente quando o aparelho celular se torna o meio e o fim do delito. Os autores concluem que há um vácuo normativo que dificulta a atuação legítima das autoridades, sem violar direitos fundamentais.

Netto (2024) enfatiza a importância dos bens móveis, como os celulares, na estrutura penal. O autor propõe uma análise crítica do crime de receptação com base no princípio da proporcionalidade, argumentando que a legislação atual não diferencia adequadamente os graus de envolvimento do agente no crime, o que pode levar a injustiças penais. Essa crítica é fundamental para refletir sobre a necessidade de reformas legislativas mais precisas e proporcionais ao nível de reprovabilidade da conduta.

Por outro lado, Oliveira e Paiva Júnior (2022) apresentam um exemplo de política pública bem-sucedida com base na tecnologia: o programa Alerta Celular, implantado em

Pernambuco. A iniciativa permite o cadastro de IMEIs de aparelhos celulares pela população e o cruzamento de dados com ocorrências policiais. Segundo os autores, a adoção da tecnologia reduziu significativamente o número de roubos e furtos de celulares no estado, demonstrando que medidas de prevenção tecnológica podem ser mais eficazes que ações puramente repressivas. A experiência serve como modelo para outros estados e municípios, evidenciando que inovação e gestão pública podem caminhar juntas no combate ao crime.

Em uma abordagem mais ampla, Roessing e Scherer (2017) debate os limites e desafios das políticas públicas de segurança, focando no embate entre ações repressivas e estratégias de prevenção criminal. Os autores alertam que o Brasil tende a investir excessivamente em políticas repressivas, com pouco foco em educação, inclusão social e prevenção. Isso tem impacto direto na criminalidade patrimonial, como os crimes de receptação, pois a ausência de alternativas sociais aumenta a adesão de jovens e adultos a práticas ilícitas. Para os autores, um sistema de segurança eficiente deve equilibrar medidas repressivas com ações sociais estruturantes.

A construção de soluções sustentáveis exige, portanto, um esforço conjunto entre os operadores do Direito, os gestores públicos e a sociedade civil, com base em evidências empíricas e dados concretos. Essa articulação interinstitucional deve priorizar o desenvolvimento de políticas públicas integradas, que não apenas combatam os efeitos da receptação de forma pontual, mas que também atuem nas causas estruturais da criminalidade. No âmbito jurídico, isso implica repensar a legislação penal com foco em maior proporcionalidade e clareza na definição das condutas típicas, além de aprimorar os mecanismos processuais que garantam investigações mais céleres e eficazes, sem prejuízo às garantias constitucionais.

Do ponto de vista da gestão pública, é fundamental investir em ferramentas tecnológicas que auxiliem na rastreabilidade de bens e no cruzamento de informações entre bases de dados estaduais e federais, como demonstrado por experiências exitosas como o programa Alerta Celular, inserindo até mesmo em ambientes escolares.

A criminalidade patrimonial, sobretudo a receptação e a comercialização de celulares roubados, tornou-se um fenômeno cotidiano nas grandes cidades brasileiras. Esse cenário aponta não apenas para uma falha na repressão penal, mas, sobretudo, para uma ausência de políticas públicas eficazes que promovam a educação e a conscientização desde os primeiros

ciclos de formação social. A escola, nesse contexto, surge como espaço estratégico para a construção de uma cultura de legalidade e de prevenção ao crime.

A inserção de políticas públicas nas escolas voltadas à prevenção de crimes como a receptação deve considerar a educação para a cidadania como eixo central. Segundo Roessing e Scherer (2017), políticas de segurança pública mais efetivas são aquelas que integram educação, prevenção e inclusão social, rompendo com a lógica exclusivamente repressiva. Levar esse debate ao ambiente escolar pode ajudar a formar jovens mais críticos e conscientes sobre as consequências sociais e penais da aquisição de bens de origem ilícita.

A atuação preventiva dentro das escolas pode ser desenvolvida por meio de projetos interdisciplinares, rodas de conversa, participação de agentes públicos e debates sobre ética, consumo consciente e legalidade. Como destacam Silva Filho e Silva (2023), o investimento em políticas sociais e educacionais tem impacto direto na redução da violência, pois oferece alternativas reais à juventude, especialmente em regiões vulneráveis.

É fundamental, ainda, que essas políticas estejam articuladas com os programas existentes no combate ao roubo e furto de celulares, como o Alerta Celular. De acordo com Oliveira e Paiva Júnior (2022), esse tipo de iniciativa tecnológica, quando combinado a ações educativas, potencializa os efeitos desejados de prevenção e engajamento social. Ao compreenderem o funcionamento desses sistemas, os jovens podem tornar-se multiplicadores da cultura da legalidade em suas comunidades.

2562

A criminalização do consumo de produtos ilegais deve ser debatida em sala de aula de forma crítica, desmistificando a ideia de que a receptação é um crime "menor" ou socialmente aceitável. Netto (2024) aponta que a banalização da receptação na sociedade contribui para o fortalecimento de redes criminosas, uma vez que a demanda por produtos ilícitos é um dos principais motores da criminalidade patrimonial.

O envolvimento das famílias e da comunidade escolar também é indispensável. A escola não pode ser uma ilha de formação, mas sim um polo de transformação social que dialogue com o entorno. Projetos que incluam pais, responsáveis e lideranças locais contribuem para uma abordagem mais ampla e eficaz. Segundo Remédio e Silva (2018), a atuação conjunta entre sociedade e Estado é fundamental para reverter a cultura da impunidade e da convivência com o crime.

Outro ponto relevante é a formação continuada de professores e gestores escolares, para que estejam preparados a lidar com essa temática de forma sensível, crítica e informada. O

sistema educacional deve ser capacitado para ir além da reprodução de normas, estimulando a reflexão ética e o exercício da cidadania ativa. A escola deve promover, assim, um ambiente que valorize a justiça, a honestidade e a responsabilidade social.

Portanto, inserir nas escolas políticas públicas voltadas à prevenção da receptação é uma medida urgente e necessária. A formação cidadã dos jovens, a promoção da cultura da legalidade e a construção de uma consciência crítica sobre o consumo e seus impactos são estratégias essenciais para romper com o ciclo de violência e ilegalidade que atinge boa parte da população brasileira. O caminho para a segurança pública passa, inegavelmente, pela educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões apresentadas ao longo deste trabalho evidenciam a complexidade e gravidade do crime de receptação, especialmente no que tange à comercialização de aparelhos celulares no Brasil. A facilidade de circulação desses bens, aliada à alta demanda e ao baixo custo em mercados paralelos, impulsiona a prática criminosa e alimenta outras formas de violência urbana. A atuação estatal, nesse contexto, ainda carece de medidas mais integradas e eficazes, que articulem o aparato repressivo com políticas públicas preventivas e educativas.

Verificou-se que a legislação penal, embora necessária, mostra-se insuficiente quando desacompanhada de estratégias públicas amplas, que considerem os fatores sociais, econômicos e estruturais relacionados à criminalidade.

2563

O uso de tecnologias e sistemas de monitoramento, como o programa Alerta Celular, apresentou-se como uma alternativa promissora para a recuperação de dispositivos e desarticulação de redes criminosas. Contudo, essas ferramentas devem estar integradas a uma política de segurança pública mais ampla, com investimentos contínuos, campanhas educativas e cooperação entre entes federativos. Além disso, é essencial que a população seja conscientizada sobre os impactos negativos da compra de produtos de origem ilícita, contribuindo para a diminuição da receptação.

Assim, conclui-se que o enfrentamento ao crime de receptação exige uma articulação entre direito penal, políticas públicas, tecnologia e educação. O presente trabalho, de natureza bibliográfica, buscou contribuir para o debate sobre a importância de soluções jurídicas e institucionais que não apenas punam, mas previnam e conscientizem. Para futuros estudos, recomenda-se o aprofundamento empírico sobre os efeitos das políticas já implementadas, bem como a análise da atuação dos poderes públicos em contextos locais, como forma de subsidiar

políticas mais eficazes e realistas..

REFERÊNCIAS

FREIRE, Flávio Henrique; SILVA, Leonardo de Souza. Criminalidade patrimonial no Brasil: um estudo sobre os impactos da receptação na segurança pública. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 25-44, jan./abr. 2022.

NETTO, Salvador. A centralidade dos bens móveis na tutela penal: análise do crime de receptação à luz do princípio da proporcionalidade. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 32, n. 382, p. 54-62, mar. 2024.

OLIVEIRA, Heitor; PAIVA JÚNIOR, Pedro. Tecnologia da informação no combate à criminalidade: o caso do programa Alerta Celular em Pernambuco. *Revista Multidisciplinar de Pernambuco*, Recife, v. 6, n. 2, p. 88-102, jul./dez. 2022.

REMEDIIO, Rodrigo César; SILVA, Thiago Gonçalves. Privacidade versus segurança pública: o acesso ao conteúdo de celular pela autoridade policial sem autorização judicial. *Revista de Direito Penal e Processual Penal*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 99-115, jul./dez. 2018.

ROESSING, Leonardo; SCHERER, Paula. Políticas públicas de segurança entre a repressão e a prevenção criminal: limites e desafios. *Revista Somanlu*, Manaus, v. 7, n. 2, p. 79-101, jul./dez. 2017.

SILVA FILHO, José da Rocha; SILVA, Bruna Tavares. A importância da capacidade pública de realização de gastos sociais no combate aos crimes violentos no Brasil. *Escola Nacional de Administração Pública – ENAP*, Brasília, 2023.